



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA DO RIO PARAÓPEBA
Ata da 96ª reunião, realizada em 31 de maio de 2016

1 Em 31 de maio de 2016, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional
2 Colegiada do Rio Paraopeba (URC Paraopeba) do Conselho Estadual de
3 Política Ambiental (COPAM), em Belo Horizonte, Minas Gerais. Participaram
4 os seguintes membros titulares e suplentes: o presidente André Luis Ruas,
5 representante da SEMAD. Representantes do poder público: Jane Terezinha
6 da Costa Pereira Leal, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
7 Abastecimento (Seapa); Sônia Maria Costa Greco, da Secretaria de Estado de
8 Desenvolvimento Econômico (Sede); Ronan Andrade Nogueira, da Secretaria
9 de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão
10 Metropolitana (Sedru); Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas
11 Gerais (PMMG); Mauro da Fonseca Ellovitch, da Procuradoria-Geral de
12 Justiça (PGJ); Nicolaas Leonardus Maria de Knecht, do Departamento Nacional
13 de Produção Mineral (DNPM); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação
14 Mineira de Municípios (AMM); Márcio Alvarenga Miranda, do Comitê da Bacia
15 Hidrográfica do Rio Paraopeba (CBH Paraopeba). Representantes da
16 sociedade civil: Paula Meireles Aguiar, da Federação das Indústrias do Estado
17 de Minas Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da
18 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Eduardo Antônio
19 Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do
20 Estado de Minas (Fetaemg); Marco Aurélio Moreira, da Federação das
21 Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais
22 (Federaminas); Francisco de Assis Lafetá Couto, do Sindicato da Indústria
23 Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Alírio Ferreira Mendes Junior,
24 do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-
25 MG); Marco Antônio da Silva, da Associação Regional de Proteção Ambiental
26 do Alto Paraopeba e Vale do Piranga (Arpa); Geraldo Antunes da Conceição,
27 do Instituto Ekos; Cíntia Garabini Lages, da Pontifícia Universidade Católica
28 de Minas Gerais (PUC Minas); Antônio Sérgio dos Santos Vieira, do Conselho
29 Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Brumadinho (Codema). **Assuntos**
30 **em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o
31 Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente André Luis Ruas
32 declarou aberta a 96ª reunião da Unidade Regional Colegiada do Rio
33 Paraopeba. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**
34 **GERAIS.** Presidente André Luis Ruas: “Antes de passar a palavra aos
35 senhores conselheiros, eu gostaria de apresentar a todos os presentes o novo
36 subsecretário de Regularização Ambiental da SEMAD, o doutor Anderson
37 Silva de Aguiar, que foi nomeado na semana passada. Eu gostaria de dar

38 muito boas-vindas a ele e desejar sucesso, muito trabalho e colocar à
39 disposição, desde já, para tudo em que ele precisar de ajuda. E, antes da
40 manifestação dos senhores conselheiros, os servidores do Sisema gostariam
41 de fazer a leitura de um manifesto. Se todos os conselheiros estiverem de
42 acordo, eu gostaria de saber se, primeiro, nós poderíamos ouvir a leitura do
43 manifesto dos servidores do Sisema, e logo em seguida eu abro a palavra aos
44 senhores. Então eu gostaria de convidar os servidores do Sisema para que
45 possam fazer o seu manifesto.” Luan, representante dos servidores do
46 Sisema: “Um pequeno manifesto, conselheiros, e nós servidores gostaríamos
47 do apoio de vocês e da solidariedade com essa causa. ‘Sistema Estadual do
48 Meio Ambiente, aqui se faz, aqui se investe. Meio Ambiente em greve. O
49 Sindicato dos Servidores Públicos do Meio Ambiente no Estado de Minas
50 Gerais (Sindsema), representante legal da categoria dos servidores públicos
51 ocupantes dos cargos de gestor ambiental, analista ambiental, técnico
52 ambiental e auxiliar ambiental, e a Associação Sindical dos Servidores
53 Estaduais de Meio Ambiente (Assema) vêm informar a toda a sociedade
54 mineira e a todos que utilizam serviços do Sistema Estadual de Meio
55 Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema) que, face à não obtenção de
56 respostas e soluções às reivindicações da categoria, os servidores estaduais
57 do Meio Ambiente decidiram, em assembleia geral extraordinária, realizada no
58 dia 16/5/2016, pela deflagração de greve por tempo indeterminado a partir do
59 dia 20 de maio.’ A nossa pauta é: encaminhamento do Plano de Carreira dos
60 Servidores do Meio Ambiente à Assembleia Legislativa de Minas Gerais,
61 conforme proposta encaminhada ao governo em outubro de 2015; alteração
62 dos critérios de promoção e progressão e retirada de 50% restante do fator
63 redutor da fórmula de cálculo da Gedama.’ Esse é o nosso pequeno
64 manifesto, e contamos com o apoio de vocês.” Presidente André Luis Ruas:
65 “Os servidores do Sisema, como já é de conhecimento público, estão num
66 movimento por melhores condições de trabalho. Já houve uma manifestação
67 como esta na reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e também
68 na Câmara Normativa Recursal do COPAM. Estão sendo feitas algumas
69 tratativas com o governo. Como servidor de carreira, eu gostaria de dar o meu
70 relato sobre a situação. O movimento é legítimo. Nós, como servidores de
71 carreira do órgão, temos uma responsabilidade muito grande do ponto de
72 vista ambiental. Houve alguns avanços no passado, mas tímidos, e faltaria
73 muita coisa ainda para avançar. A principal reivindicação dos servidores é a
74 revisão do plano de carreira, dentre outras. Eu gostaria de dar o meu relato
75 para provar que todos os servidores estão fazendo isso tudo dentro do regime
76 da lei. Foram feitas várias assembleias gerais extraordinárias antes de
77 deflagrar o movimento de greve. Está sendo mantido o mínimo de 30%. Foi
78 comunicado, previamente, ao governo, com 72 horas de antecedência, a
79 respeito da greve. Hoje, nós estamos em fase de negociação com o governo.
80 Só deixar claro, como servidor de carreira, sobre a importância do movimento

81 dos servidores. Nós somos uma instituição, e a instituição é feita de pessoas.
82 Se nós não tivermos pessoas valorizadas dentro da instituição, nós não temos
83 uma instituição forte. Inclusive, dentro da gama de responsabilidade que os
84 servidores, principalmente os servidores da Suprams têm, porque eles
85 trabalham com o licenciamento ambiental, que é uma responsabilidade
86 imensa. Eu também fui analista dos processos de licenciamento ambiental,
87 durante a maior parte da minha vida profissional, e posso atestar isso. Sou
88 testemunha também da organização dos servidores. Está sendo um
89 movimento muito bem organizado. Não é um movimento restrito a Belo
90 Horizonte, estão ocorrendo manifestações como esta também no interior.
91 Tudo dentro da legalidade. Não é só um movimento por questão salarial,
92 como pode parecer, apesar de que a questão salarial também é muito
93 importante para se valorizar os servidores, inclusive, para reter nossos
94 talentos no Sisema. Porque, como servidores públicos, nós passamos por
95 concurso público, e concurso público, como todos sabem, mede
96 conhecimento, mas o perfil da pessoa, salvo em raríssimas exceções, não
97 bate com a vocação. Mas a maioria dos servidores, meus colegas, são
98 pessoas extremamente capacitadas, muitos deles com pós-graduação,
99 especialização, mestrado e doutorado. Se nós não mantivermos o mínimo de
100 condições de trabalho, estaremos perdendo nossos servidores tanto para a
101 iniciativa privada quanto para outros concursos públicos. Então se nós
102 quisermos servidores capacitados, que possam dar uma resposta de
103 qualidade e com a agilidade que a sociedade nos exige, nós precisamos dos
104 servidores valorizados. Então é só um pequeno testemunho que eu faço,
105 como membro de carreira do Sisema. E dar parabéns aos servidores pela
106 organização deles. Abro a palavra aos senhores conselheiros.” Conselheiro
107 Marco Antônio da Silva: “É fora de pauta, mas eu quero manifestar aqui,
108 representando a sociedade civil, todo o apoio a esse movimento grevista dos
109 funcionários. E que o Estado possa não só atender as reivindicações salariais,
110 mas que possa também recompor os quadros, dar melhores condições de
111 trabalho para os funcionários; que o Estado possa desconcentrar as decisões
112 aqui na sede, em Belo Horizonte, e que possa fazer nova articulação para
113 atender ao povo mineiro do interior. E também que o Estado não interfira na
114 composição das câmaras. E deixo aqui, mais uma vez, o meu repúdio com
115 relação à saída do Ministério Público do Conselho.” Conselheira Paula
116 Meireles Aguiar: “Assim como já foi colocado na CNR, a questão dos
117 servidores, especialmente do número insuficiente de técnicos, como já
118 colocado, é um prejuízo para todos, para quem quer desenvolver, para quem
119 quer preservar, para quem não quer nada. Então na reunião da CNR nós já
120 mostramos algumas fotos. É notório, todo mundo sabe o que tem acontecido
121 nas filas das Suprams. Passa-se 12 horas numa fila para pegar uma senha, e
122 isso tudo eu entendo que é em decorrência da ausência de técnicos. Como já
123 bem colocado, não é suficiente, não basta ter um número grande também,

124 tem que ter valorização, plano de carreira e motivação. Então eu queria fazer
125 a proposta de aprovarmos a mesma moção que foi sugerida e aprovada na
126 CNR, encaminhada ao governador, com cópia ao novo secretário de Estado,
127 apoiando e reiterando as reivindicações dos servidores.” Presidente André
128 Luis Ruas: “Muito obrigado, conselheira Paula, em nome dos servidores.”
129 Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: “Assim como nós fizemos na reunião
130 da CNR, eu venho aqui, de público, representando todos os meus colegas do
131 Ministério Público que atuam perante o COPAM, para dar o apoio pessoal e
132 institucional a esse movimento dos servidores da Supram. Como o André
133 colocou muito bem, pessoas extremamente vocacionadas, bem qualificadas e
134 que não vêm recebendo o tratamento digno da responsabilidade que eles têm
135 pelo Estado. Eu vi o documento encaminhado aqui, são todas reivindicações
136 justas, tanto de atualização salarial, valorização institucional, como também
137 de aumento dos quadros. Nenhuma alteração formal do sistema vai resolver
138 os problemas de licenciamento, seja para preservação do meio ambiente, seja
139 para viabilização de empreendimentos sustentáveis, se não houver quadros
140 suficientes e esses quadros não tiverem condições de trabalho. Então fica
141 aqui o nosso apoio ao movimento dos servidores.” Presidente André Luis
142 Ruas: “Muito obrigado, conselheiro Mauro, em nome dos servidores.”
143 Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “Eu sigo o que já foi
144 dito, que nós aprovamos a moção na reunião da CNR. E também foi aprovada
145 no Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Eu reafirmo que entendo que
146 nós estamos tratando de política de Estado, porque política ambiental é
147 política de Estado. Por mais que o governo se veja obrigado a promover
148 mudanças, mas o fato de ser política de Estado continua. E eu acho que essa
149 situação dos servidores e servidoras do Sistema Estadual de Meio Ambiente
150 já vem se prolongando há muito tempo. No que me cabe enquanto Fetaemg,
151 eu sou solidário. Só entendo – uma opinião pessoal – que talvez sejam
152 insuficientes para estabelecer uma negociação com o governo só
153 manifestações de moção. Eu, particularmente, considero que tem que
154 pressionar o governo, para o governo negociar. E enquanto continuar a ter
155 reunião e se viabilizar licenciamento eu acho que não vai avançar nessa
156 negociação. Porque é uma disputa de interesses, é uma disputa, inclusive, de
157 concepções de Estado, qual o papel do Estado, como ele deve agir. Eu
158 aproveito para ler a moção que nós aprovamos também na Câmara Normativa
159 Recursal, na última reunião. Vou ler apenas um trecho: ‘Recomenda-se a
160 suspensão da concessão de todas as Licenças Prévias (LPs) e Licenças de
161 Instalação (LIs) para barragens de rejeitos, como também a suspensão de
162 todas as Licenças Prévias e de Instalação porventura já concedidas para
163 barragens de rejeitos no Estado, até que a legislação e os estudos sobre a
164 matéria estejam no estado da arte necessário a produzir a segurança da
165 sociedade e do meio ambiente, como também até que o Sisema proporcione
166 a estrutura e as condições necessárias à correta avaliação técnica, ampla e

167 completa dessas estruturas, inclusive em nível de projeto executivo, afim de
168 que as licenças ambientais possam ser concedidas de forma a não expor a
169 sociedade e o meio ambiente a riscos desnecessários e despropositados.’ Eu
170 quero apenas esclarecer que a moção não foi aprovada por unanimidade,
171 mas foi aprovada por maioria. Então eu acho que a questão deve ser
172 encarada com a gravidade que ela tem, e espero que, no meu entendimento,
173 a solução passa pelo atendimento das reivindicações dos servidores. Querem
174 construir um sistema de meio ambiente e não estão dando a devida atenção e
175 importância ao papel que os servidores e servidoras têm nesse processo. Isso
176 não vai acabar bem. Eu me coloco à disposição no que puder ajudar. E em
177 termos de licenciamento de barragem, de mineração, já adianto que vou
178 seguir essa moção, porque não estão sendo fornecidas as condições para
179 uma análise mais correta.” Presidente André Luis Ruas: “Agradeço ao
180 conselheiro Eduardo, em nome dos servidores.” Conselheiro Geraldo Antunes
181 da Conceição: “Eu acho que tudo o que já foi dito pelos colegas conselheiros
182 é mais do que a própria água que nós estamos bebendo agora, com toda
183 pureza. Eu dois questionamentos para fazer, e, claro, o reconhecimento de
184 toda a estrutura administrativa, não só do corpo técnico, mas também da parte
185 administrativa que compõe a Supram e todos os órgãos do Sisema.
186 Especificamente, claro, desta Supram na qual nós estamos reunidos. Então
187 deixar também o apoio não só a equipe técnica, que é extremamente
188 qualificada. O que me chama a atenção nesse folheto que nos foi entregue é
189 que o Sisema, na verdade, executa 0,5% do orçamento do Estado. Um
190 orçamento tão pequeno para uma responsabilidade tão grande.
191 Responsabilidade de estruturar todo o processo produtivo de quaisquer áreas.
192 Inclusive, no próprio decreto de criação das Câmaras Temáticas. Eu quero
193 aqui fazer o meu repúdio também, como fez o meu colega da Arpa, com
194 relação à saída do MP de toda essa estrutura. Isso é extremamente prejudicial
195 ao processo de análise. Com essa execução de orçamento de 0,5%, devido à
196 grandeza e representação que é o corpo técnico, jurídico e administrativo do
197 órgão, deixar um ponto de discussão. Essa mudança na lei que trouxe esse
198 prejuízo, que está aqui destacado, principalmente com relação à saída do MP,
199 e de outras instituições que sairão também, com certeza – nós vamos ter esse
200 processo claro daqui por diante. Agora, o que me deixa muito perplexo é que
201 essa mudança da lei foi tão rápida dentro da Casa Legislativa do Estado de
202 Minas Gerais. E por que não usar a mesma rapidez em atender os anseios da
203 mudança, que todo o grupo está pedindo a atenção devida, principalmente o
204 seu reconhecimento da necessidade de ter um órgão que, desde então, vem
205 colaborando para ter grandes pessoas, grandes técnicos e demonstrar
206 eficiência. Senhor presidente, dizer que em nossas mãos estão grandes
207 decisões. Para que não aconteça mais nenhuma situação de Mariana aqui
208 nesta Casa, para que o corpo técnico tenha condição de trabalhar com mais
209 clareza, com mais segurança. Isso trará como resposta a essas propostas

210 feitas pelo grupo do Sisema, com relação a esta greve, que é justa, legal, que
211 corresponde à CLT, nos requisitos formais de deflagração de uma greve.
212 Então fica aqui a minha dúvida. Será que os nossos legisladores poderão
213 atender, com tanta rapidez, como atenderam a mudança da lei, as
214 necessidades dos nossos colegas servidores?” Presidente André Luis Ruas:
215 “Obrigado, conselheiro Geraldo, em nome dos servidores.” Conselheiro Licínio
216 Eustáquio Mol Xavier: “Eu vou fazer três intervenções pequenas. Primeiro,
217 parabenizar ao amigo Anderson pela chegada ao Sisema. É antigo colega
218 nosso de Contagem, Betim. Seja bem-vindo à Casa. Segundo, em relação ao
219 movimento dos funcionários do Sisema. Entre os anos de 2000 e 2008, eu tive
220 o prazer de conviver com alguns deles, dentre eles, o doutor André, o doutor
221 Laércio e alguns outros que ainda restam no Sistema. Nós éramos, naquela
222 ocasião, referência nacional no processo de licenciamento ambiental. Eu sou
223 saudosista, lá da Prudente de Moraes, com a doutora Zuleika, o doutor
224 Benjamim e outros mais. Então tudo aquilo que eu aprendi, que a
225 universidade se negou a me informar, eu aprendi com o convívio com os
226 diretores da FEAM, naquela ocasião, e com os colegas com quem eu tive a
227 oportunidade de conviver. Então o movimento eu acho mais do que justo, é
228 decente, oportuno e mais do que habilitado para isso hoje. Ainda como reflexo
229 do nosso Congresso de Municípios, eu tomei a liberdade de deixar sobre a
230 mesa de cada um dos senhores uma pequena cartilha, que retrata as
231 principais demandas surgidas dos municípios, dos prefeitos, dos secretários
232 municipais, para diversas áreas dos municípios, aos nossos colegas da AMM.
233 A página 105 retrata as demandas relacionadas ao meio ambiente. Por
234 questão de custo, nós tivemos que fazer um formato de no máximo 20
235 perguntas e respostas para cada um dos departamentos. Então fica para os
236 senhores como recordação do nosso congresso. Principais demandas que
237 envolveram os municípios em relação à Associação dos Municípios.”
238 Conselheira Sônia Maria Costa Greco: “Primeiramente, eu gostaria de
239 parabenizar e dar boas-vindas ao subsecretário de regularização, Anderson, e
240 também lembrar da nomeação do Germano para secretário adjunto, também
241 na semana passada. O Germano já tem sido um parceiro lá da Sede, já temos
242 trabalhado em parceria. E o Anderson, agora, seja bem-vindo também. Vamos
243 dar sequência a esse trabalho que vimos desenvolvendo nessa árdua tarefa
244 de desenvolvimento econômico e sustentável de Minas Gerais. Nós
245 precisamos estar de braços dados. Em relação à causa dos funcionários do
246 Sisema, eu também manifesto, em nome da Sede, o nosso total apoio, por
247 tudo que já foi dito pela Paula, pelo Mauro e por outros conselheiros. Nós
248 também apoiamos a moção, e até sugiro que seja nos mesmos moldes ou
249 igual à que foi submetida ao CERH e à CNR. Mais um assunto que eu queria
250 falar, que eu tomei conhecimento agora com as palavras do conselheiro
251 Eduardo, é em relação a essa moção da CNR. Eu queria manifestar que me
252 causou surpresa e perplexidade. Porque eu estava na reunião da CNR como

253 ouvinte, e até a hora em que eu fui embora não tinha ainda essa moção. As
254 URCs Paraopeba e Velhas foram convidadas como ouvintes para assistir à
255 apresentação da FEAM sobre todo o trabalho que foi feito pela força-tarefa em
256 relação ao decreto que foi criado, para a força-tarefa de barragem, após o
257 rompimento da barragem da Samarco. E o Renato, da FEAM, fez uma
258 apresentação, que eu achei muito bacana. Ele expôs o trabalho, falou de todo
259 o levantamento. Eu queria falar para vocês que foi um trabalho de meses,
260 reuniões semanais, e eu participei de algumas dessas reuniões. Nós
261 trouxemos vários especialistas, até de fora. Veio até o professor Coppedê,
262 que é um ilustre do ramo, que trabalhou aqui desde a época da Paula Abib.
263 Hoje ele voltou para São Paulo. Mas ele veio – até vale a pena falar –, várias
264 vezes, até por conta própria para ajudar. Vários consultores, os maiores
265 especialistas desse assunto estavam nesse fórum; os professores da UFMG,
266 geotécnicos da UFMG, da UFOP; funcionários de empresas que mexem
267 nessa área, responsáveis por geotecnia de barragens; o Ibram; o governo.
268 Foram várias entidades, bastante representativas, e foi um trabalho muito
269 sério que foi feito, em que foi levantado tudo o que aconteceu, os acidentes, o
270 levantamento. Definiu-se e ficou bem claro que o problema não era em
271 relação a todas as barragens de mineração. Tem ‘barragens e barragens’. A
272 FEAM tem esse levantamento, o DNPM tem esse levantamento, todos os
273 consultores. Enfim, foram trabalhos exaustivos. O problema tem se
274 concentrado na questão de alteamento de montante de barragens. Para vocês
275 terem uma ideia, a Vale tem ‘n’ barragens só aqui no Estado, no país, em
276 Carajás. Eu não me recordo agora do número, mas é um número enorme, e
277 nunca teve nenhum problema, porque as suas barragens sempre são
278 construídas no método de jusante, convencional. As quatro últimas barragens
279 que se romperam foram no método de alteamento de montante. Então isso
280 ficou bem claro. Em função disso, o governo criou o Decreto 46.933, de 2
281 maio, e a Resolução Conjunta SEMAD/FEAM 2.372, de 6 de maio também.
282 Então o decreto instituiu ‘auditoria técnica extraordinária de segurança de
283 barragens e dá outras providências’. E nessa resolução ‘estabelece diretrizes
284 para realização de auditoria técnica extraordinária de segurança de barragem
285 de rejeito, com alteamento para montante, e para emissão da correspondente
286 declaração extraordinária de condição de estabilidade de que trata o Decreto
287 46.933’. O que eu queria dizer para vocês é que esse trabalho foi muito bem
288 apresentado pela FEAM aqui na quarta-feira. Eu estive presente, estávamos
289 eu e o colega do DNPM, na primeira fileira, assistindo. Eu acho que o Renato
290 respondeu a todos os conselheiros, com muita propriedade. Eu fiquei muito
291 orgulhosa da FEAM. E queria que isso fosse repassado para ele, porque
292 foram várias perguntas, ele foi bombardeado por todos os conselheiros e se
293 saiu muito bem e respondeu com muita segurança. Porque o trabalho foi
294 muito bem-feito. Eu acho até um desrespeito a todo esse trabalho que foi feito
295 e estou realmente surpresa, porque quando eu saí não tinha tido essa moção

296 ainda. Então eu acho que é até um desconhecimento de causa. Não são
297 pessoas técnicas. Desculpem que eu diga, mas eu acho que foram levadas
298 por emoção. Eu gostaria de dizer que também nessa questão de barragem eu
299 não concordo com esse posicionamento. Nós não podemos parar o
300 desenvolvimento do Estado, o Estado de Minas Gerais, que tem minas no seu
301 coração, que é responsável pela maior parte do PIB deste Estado, de
302 empregos. Os municípios dependem desses tributos, são empregos que são
303 gerados, onde o IDH dos municípios em que essas atividades funcionam são
304 os maiores. Enfim, eu não vou nem levantar aqui o tanto que é de benefício
305 para o Estado. Eu só queria falar que eu estou aqui, realmente, perplexa por
306 falar que vão parar com o licenciamento e suspender as licenças de
307 barragens. Eu até conto com o subsecretário que acaba de assumir, com o
308 secretário adjunto, o Germano, que têm conhecimento dessa causa,
309 juntamente com o secretário que acabou de chegar. Que vocês consigam
310 subsidiá-lo bem nessa situação, com os técnicos da FEAM que participaram
311 desse trabalho, com toda essa equipe de que eu falei aqui. E que essa moção
312 tenha uma resposta adequada, dentro do bom senso que merece. Em relação
313 também à questão de barragem, eu queria falar também que caem mais
314 aviões no mundo do que se rompem barragens, e nem por isso a solução é
315 acabar com a aviação. Em 2014, teve um grande rompimento de barragem no
316 Canadá, e nem a legislação do Canadá foi alterada por conta disso. Teve uma
317 recomendação do instituto de mineração de lá, que é como o nosso Ibram,
318 com 29 recomendações, que foram tiradas em 2014, após esse grande
319 rompimento de barragem. Então senhores eu acho que neste momento ainda
320 tem muito histeria. Não estou querendo menosprezar o acidente que teve, que
321 foi gravíssimo, mas a solução não é acabar com a atividade, matar uma
322 atividade inteira, que é representativa do Estado de Minas Gerais, por conta
323 do acidente que aconteceu. A empresa está tomando os cuidados, e eu acho
324 que o caminho está sendo seguido por todos. Enfim, tem todo o caminho legal
325 que está sendo seguido. Eu estou realmente perplexa por essa moção.”

326 Conselheiro Alírio Ferreira Mendes Junior: “Eu gostaria de desejar boas-
327 vindas ao subsecretário Anderson, em nome do Crea. Nós estamos à
328 disposição lá para qualquer apoio que se fizer necessário. Em relação à
329 manifestação do Sisema, foi realizada no Crea uma reunião com os
330 profissionais da área tecnológica, e alguns do Sisema participaram. Então eu
331 gostaria de manifestar o apoio do Crea e do Sindicato dos Engenheiros de
332 Minas Gerais.” Conselheiro Geraldo Antunes da Conceição: “Eu teria só mais
333 dois pontos, senhor presidente, senhoras e senhores, a destacar. Lógico,
334 parabenizando a chegada do Anderson Aguilar. O Anderson, durante o meu
335 período como secretário municipal de Meio Ambiente, foi meu servidor
336 exemplar na equipe de fiscalização. É de tamanha competência, tanto é que o
337 Município de Contagem o requisitou para que ele fosse lá dar uma
338 colaboração à Diretoria de Fiscalização. É o que eu poderia destacar com

339 relação à sua competência. É um extraordinário profissional, como toda a
340 nossa equipe do município de Betim. Desejar-lhe boas-vindas. Saber da sua
341 competência e do apoio que todos nós conselheiros estaremos dando a todo
342 o seu processo nessa jornada de desafio, mais um desafio na sua carreira. E
343 deixar também a todos os presentes que, de 4 a 8 de junho, estará sendo
344 realizado o 21º Congresso de Direito Ambiental. Na verdade, é promovido
345 pelo Ministério Público de São Paulo. E o Instituto Ekos estará presente,
346 principalmente com relação ao tema 'jurisprudência ética e o direito ambiental
347 no século XXI. Então eu gostaria de deixar mais esse informe. Basta acessar
348 a página do MP de São Paulo. E reforçando, mais uma vez, o repúdio à saída
349 do MP das novas câmaras técnicas. Deixar claro o apoio sempre incondicional
350 às propostas feitas pelo grupo de funcionários do Sisema e o apoio total
351 também à moção. E, mais ainda, respeitar para ser respeitado. É do que nós
352 precisamos. E deixar o incondicional e inquestionável apoio que nós temos à
353 equipe técnica desta Casa." Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch:
354 "Primeiro, eu gostaria de agradecer as manifestações de apoio, tanto do
355 Instituto Ekos quanto da Arpa. Em relação à moção, eu preciso fazer alguns
356 esclarecimentos em relação ao que foi falado pela conselheira Sônia. Porque
357 foi uma total distorção, tanto do conteúdo da moção quanto do que foi
358 apresentado no dia. Tanto o decreto quanto a DN, embora sejam louváveis no
359 intuito de gerar novas auditorias, não trazem nenhuma alteração substancial
360 do Sistema, e isso foi muito falado na CNR. Na prática, no que é efetivo de
361 mudança no que se refere a fiscalização e licenciamento de barragens, não se
362 alterou nada. O que se fez foi trabalhar com os mesmos institutos que já
363 existiam, com um leve aprimoramento. E no dia da CNR nós destacamos que
364 não foi só um evento, um 'acidente', entre aspas, ocorrido em relação ao
365 empreendimento da Samarco. Minas Gerais teve, desde 2001, um grande
366 rompimento de barragens a cada três anos, todos com perdas de vidas
367 humanas. Mineração Rio Verde, cinco óbitos, em 2001; Indústria Cataguases
368 de Papel, em 2003; Mineração Rio Pomba Cataguases, em 2007; Herculano
369 Mineração, em 2014; e Samarco, em 2015. Então um rompimento, em média,
370 a cada três anos, no Estado. Isso é uma situação recorrente, não é um evento
371 pontual, não é um acidente. Nós estamos, constantemente, sofrendo com
372 rompimento de barragem, e eu digo mais: nós vamos sofrer com outros
373 rompimentos de barragem, se nós continuarmos agindo da mesma maneira.
374 Se o Estado continuar contando com a mesma estrutura e licenciando
375 barragens como sempre licenciou, daqui a um ano... Porque a média está
376 reduzindo para um ano. Teve 2014, teve em 2015, e por sorte ainda não
377 tivemos em 2016. Mas, certamente, teremos em 2017, se continuarmos
378 agindo da mesma maneira. Ninguém está questionando a capacidade técnica
379 das pessoas que se reuniram nessa força-tarefa, nós estamos questionando a
380 efetividade do que foi produzido. Juntaram-se grandes mestres, grandes
381 conhecedores, e não se produziu nada de diferente do que era feito na última

382 década, nos últimos 20 anos, aqui no Estado. Pedir auditoria extra de
383 barragem, sendo que é o mesmo número de funcionários que vão analisar
384 essa auditoria, sendo que não foi alterado o mecanismo de comando e
385 controle para suspensão ou cassação de licença de que não tiver barragem
386 com estabilidade garantida, e vários outros aprimoramentos que precisam
387 surgir, nós vamos continuar agindo com um mero formalismo. Dá uma
388 aparência de que se mudou, quando continua o mesmo. Nós estamos dando
389 aparência de alteração, quando, na verdade, nós continuamos licenciando
390 barragens exatamente do mesmo jeito e continuamos fiscalizando barragens
391 exatamente do mesmo jeito. O que se pediu na moção não foi a paralização
392 da mineração, não se ignorou a importância da mineração para o Estado, não
393 se pediu que pare a atividade no Estado, o 'coração mineiro do Estado de
394 Minas Gerais' e todos esses sofismas que são repetidos à exaustão. O que a
395 moção pediu foi que seja feita uma reestruturação do sistema de
396 licenciamento e controle de barragens, para que se volte a licenciar barragens
397 no Estado. É simplesmente isso. Basta ser feita uma alteração, que precisa
398 ser feita. Precisa haver, sim, alteração do sistema. Se o alteamento a
399 montante é tão perigoso e é proibido em diversos países, porque é a técnica
400 mais barata e a mais arriscada, por que não vedá-lo aqui no Estado? Por que
401 não rever a autorização de barragens próximo a grandes núcleos
402 populacionais? Porque uma coisa é se falar, em teoria, que a barragem é
403 segura, e outra é morar embaixo dela. Porque um risco de 5%, 10% é
404 tolerável, estatisticamente, mas é intolerável para quem está submetido a
405 risco de vidas humanas. Então ninguém está falando em inviabilizar a
406 mineração ou proibir a mineração. Basta ter uma reestruturação efetiva do
407 sistema de controle de barragens. Como o colega falou na apresentação,
408 quando se quis mudar o Sisema e alterar a legislação para tirar o Ministério
409 Público, aprovou-se em menos de três meses. Quando é para alterar a
410 legislação no que se refere a barragens e a trazer mudanças substanciais,
411 passaram-se seis meses do rompimento, passaram-se 15 anos do
412 rompimento da mineração em São Sebastião de Águas Claras, e não houve
413 grandes alterações. Então o que a moção pede é: reestruture o sistema para
414 voltar a licenciar; traga alterações substanciais e traga estrutura para o Estado
415 fiscalizar essas barragens. Não adianta contar com o mesmo número de
416 técnicos e exigir um trabalho sobre-humano para fiscalização de 400 ou 800
417 barragens no Estado. Então são mudanças todas possíveis, são mudanças
418 todas razoáveis. Falou-se muito em razoabilidade, e razoável é mudar o
419 sistema, não é continuar licenciando e autorizando sem ter estrutura para
420 fiscalizar; não é continuar autorizando e fiscalizando e considerar como
421 irrelevantes riscos que, a cada três anos, levam à perda de vidas humanas.
422 Então eu acho a moção, sim, muito razoável. Eu acho que se o Estado,
423 realmente, colocar um esforço para produzir mudanças efetivas, ele
424 consegue. É esse o meu posicionamento. Novamente, o apoio à moção.

425 Quando se falou que houve histeria, eu digo que a conselheira não esteve nos
426 locais atingidos por essas minerações, para saber o que é histeria; não
427 conversou com as pessoas que perderam tudo. É muito fácil falar de histeria
428 aqui no ar-condicionado, com todo o conforto. Eu repudio a utilização desse
429 termo, porque não foi uma moção feita no impulso nem por gente que tem
430 desconhecimento de causa. Nós participamos do estudo e da atuação de
431 situações de rompimentos, nesses últimos grandes desastres, e percebemos,
432 sim, várias falhas e omissões normativas que impedem uma correta
433 prevenção e, principalmente, a responsabilização em situações como essas.
434 Então o sistema precisa mudar, sim. E, se não houver nada que vá compelir o
435 sistema a mudar, tudo vai continuar da maneira como está. Nós sabemos que
436 a moção é de suspensão de novas barragens no Estado, e não novas
437 minerações; não vamos distorcer o que consta da moção. A suspensão, e não
438 a proibição, de novas barragens, enquanto não houver a alteração do sistema,
439 é uma medida mais forte, sim, mas a experiência tem mostrado que, enquanto
440 não se adotar uma medida mais efetiva e mais forte, tudo vai continuar como
441 tem sido nos últimos 15 anos.” Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do
442 Nascimento: “Nos últimos 15 minutos, eu me convenci mais ainda da
443 importância dessa moção. Se tivesse jeito de assinar de novo, eu assinaria.
444 Porque uma manifestação sempre tem um objetivo de trazer o debate à tona,
445 retirar o debate dos corredores do poder, lá de dentro, e trazer para a luz do
446 dia. Isso é importantíssimo. A manifestação da representante da Secretaria de
447 Desenvolvimento Econômico, em momento algum me surpreende. Inclusive,
448 porque o secretário de Desenvolvimento Econômico, um dia depois do
449 rompimento da barragem de Mariana falou num seminário que a Samarco
450 também era vítima. É uma senha fortíssima para o descalabro. Segundo, eu
451 confesso que eu tenho até certa dificuldade de debater. Porque eu gosto de
452 debater em condições iguais, e a representante da Sede falou que tinha
453 saído, ela não assistiu ao debate. Então ela está prejudicada, ela não ouviu as
454 justificativas que deram origem à moção. Então eu acho uma exacerbação, e
455 até acho – vou ser sincero – inexperiência em debate querer taxar de histeria,
456 de ‘não sei o quê’. Isso não contribui com o argumento, torna o argumento
457 muito frágil. E eu fui cuidadoso quando li, e falei ‘não foi por unanimidade, foi
458 por maioria’. E eu respeito, porque respeito quem pensa diferente, quem
459 entende diferente. Agora, tem uma coisa que não tem jeito: foi aprovado na
460 CNR. Se a CNR serve para licenciar o projeto, por exemplo, de mineração, ela
461 tem que servir para aprovar a moção, ou então ela não serve para nada. A
462 questão não se trata disso. Nós não vamos aceitar esse argumento, que é um
463 argumento descontextualizado, um argumento que não tem a ver com a
464 questão que está se discutindo, de que seria uma posição contra a mineração.
465 Nós podemos ter cara de bobo, mas nós não somos bobos. É preciso
466 entender isso. Isso é uma manifestação política. Eu vou ser sincero: não me
467 surpreende o incômodo e a perplexidade. Tem 500 anos neste país que a

468 democracia, para alguns, cria incômodo e perplexidade. Eu tenho clareza
469 disso. A dificuldade de aceitar aquilo com que eu não concordo. Isso é brutal.
470 E isso, quando vem acoplado, submetido a interesse privado, fica pior ainda.
471 Consciência conduzida por interesse privado é uma coisa horrorosa. O que
472 está se defendendo aqui é que, feita as exposições por duas reuniões da
473 CNR, do balanço da FEAM, que o trabalho foi reconhecido, o que se
474 considerou é que é insuficiente para cumprir o paradigma da cautela e da
475 prevenção. É isso que foi aprovado. É por isso que na moção fala 'até que o
476 Sisema proporcione a estrutura e as condições necessárias à correta
477 avaliação técnica, ampla e completa dessas estruturas, inclusive em nível de
478 projeto executivo'. Inclusive, essa redação desse parágrafo foi feita após um
479 longo esclarecimento do André, e nós não aceitamos, porque, na versão
480 original da proposta, dava a entender que os analistas do Sisema, os analistas
481 ambientais, não eram ou não são competentes para fazê-lo. Nós entendemos
482 que são, por isso que fala 'a estrutura e as condições necessárias'. Porque o
483 problema é que, depois que o acidente acontece, depois que pessoas
484 morrem... É bom ter claro, nós estamos falando de situações em que as
485 pessoas morreram. Então a defesa de interesses privados, pelo menos, por
486 humanismo, tem que ser submetida a esse fato. O que está se buscando é
487 que haja mais garantias e que o Estado consiga dar essas garantias, no seu
488 papel. Aqui não se trata de transformar as garantias do Estado em
489 manifestações de especialistas ou consultores. É o Estado que tem que dar
490 as condições para as análises, para que os conselheiros possam fazer da
491 melhor maneira possível. E que, em nenhum momento, significa ser, a priori,
492 um pressuposto contra qualquer empreendimento, de qualquer natureza. O
493 que nós, que aprovamos, que votamos favoravelmente a essa moção,
494 exigimos? Eu pelo menos exijo, em meu nome, respeito com aquilo que eu
495 entendo. Eu não acho adequado nenhum conselheiro ou conselheira aqui ser
496 considerado histérico, 'não sei o quê', porque, inclusive, quem entende dessa
497 maneira corre o mesmo risco. E eu pretendo que essa moção possa cumprir o
498 seu papel de levar a uma discussão de mais qualidade. Ninguém pode
499 considerar que cinco acidentes com mortes, nos últimos anos, possam ser
500 justificados, única e exclusivamente, a partir do paradigma do
501 desenvolvimento econômico. Isso é desumanização das coisas. Então eu
502 espero que a moção seja entendida. Ela foi encaminhada ao governador, e
503 espero que o governador, dentro da sua atribuição e dentro dos
504 compromissos que ele tem, possa dar um encaminhamento para que a
505 questão do decreto e todas as providências possam ser adotadas no sentido
506 de ter uma melhor condição do que está sendo feito. E não há força que me
507 obriga ou que vai conseguir me obrigar a votar naquilo em que eu não tenha
508 convicção. Eu sou uma pessoa livre, eu presto conta a mim." Conselheira
509 Sônia Maria Costa Greco: "Eu queria falar, e começar, inclusive, com a fala do
510 conselheiro Eduardo, pegar a fala dele quando ele falou que queria 'respeito

511 com aquilo que eu entendo'. É disso que eu estou falando, eu quero respeito
512 com aquilo que eu entendo bem. Eu tenho quase 27 anos de atuação na área
513 ambiental. Eu sou geóloga, fui servidora desta Casa, concursada. Sempre
514 trabalhei com mineração e meio ambiente, e eu estava, conselheiro, como
515 ouvinte, então participei do debate. Eu não estou desavisada nem sem
516 preparo como o senhor falou; nem inexperiência em debate. Eu tenho
517 experiência na área, que já diz por si só. Eu já me encontrei com o senhor em
518 outros eventos, em CBH, enfim, em outras ocasiões. E gostaria de falar que
519 foi com base no que o senhor falou que eu mostrei a minha surpresa, porque
520 até sair eu tinha participado de todo o debate, de todos os questionamentos
521 que foram feitos ao Renato, da FEAM. Enfim, não vou mais falar dessa
522 questão, mas fiquei bastante surpresa e perplexa. E o senhor falou que a
523 moção impede novas barragens e também a suspensão das licenças de
524 barragens existentes. Isso seria, realmente, um caos para o Estado, é a isso
525 que estou me referindo. E o trabalho que foi feito, que eu volto a salientar que
526 foi muito bom, com todos esses especialistas que eu já citei, separou o joio do
527 trigo. Então vamos dar tratamentos diferenciados para questões
528 diferenciadas. Onde não existe problema não precisa mudar a maneira como
529 vem sendo feito. E queria responder também ao conselheiro Mauro que eu
530 estive, sim, nos locais atingidos pela barragem da Samarco. Em relação a
531 barragem, eu moro, e tem uma barragem na minha cabeça. Eu moro no
532 Condomínio Pasárgada, tem a Mineração Tamanduá a montante e a
533 Mineração Mar Azul a jusante, a antiga Rio Verde. E eu foi morar lá, como a
534 maioria dos moradores que moram lá, já após as barragens estarem
535 instaladas. É isso que acontece na maioria das vezes. Os condomínios
536 chegam ao pé das barragens. Enfim, não vou detalhar mais isso. E só queria
537 falar que eu não fico só no ar-condicionado, a minha vida inteira foi pautada
538 mais na botina mesmo. Então com a minha experiência eu fui convidada para
539 fazer parte da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, para
540 justamente auxiliar e trazer a minha experiência na área ambiental. E tentar
541 contribuir e colaborar com o desenvolvimento econômico e sustentável de
542 Minas Gerais. Eu não estou entendendo a interesses de particulares e de
543 terceiros, eu estou atendendo a interesses de todo um setor, de toda a
544 economia, que tem que continuar funcionando, e a roda tem que continuar
545 girando. Eu concordo que tem que ser feita uma reestruturação do Sisema
546 para tudo, não só para barragens. O Sisema tem que ser todo reestruturado,
547 tem que aumentar a quantidade de servidores, para analisar todos os
548 projetos, todo o licenciamento, não só a questão de barragem. E quanto à
549 questão de avaliação de estrutura em nível de projeto executivo, isso não é
550 competência do Sisema. Tem legislação federal, e essa competência é do
551 DNPM, através de uma delegação de legislação federal. É o DNPM que
552 fiscaliza, que analisa essa questão. Não é o Sisema, não é o órgão estadual
553 ambiental que aprova. A questão aqui é meio ambiente, não é projeto

554 executivo. O André falou isso, falou muito bem falado. Não é competência
555 nossa aqui, como conselheiro, validar análise de projeto executivo de
556 barragem. Isso não é competência nossa nem é da Supram, isso é do DNPM.
557 É o empreendedor que faz, a responsabilidade é dele, através de contratação
558 de ART. A responsabilidade é do consultor, através de uma ART, que o Crea
559 fiscaliza; e o DNPM. Então eu queria só deixar isso claro aqui, isso não é
560 competência nossa. Enfim, eu tinha outras questões, mas já me dou por
561 satisfeita.” Presidente André Luis Ruas: “Eu vou colocar então a proposta de
562 moção. Eu pedi à secretaria executiva para resgatar o texto da moção que foi
563 aprovada na CNR. Na verdade, nós conseguimos o texto da moção aprovada
564 no CERH. A diferença de uma para a outra é que tem um considerando a
565 mais, que foi até uma proposta do conselheiro Eduardo. Só que a diferença é
566 de um parágrafo. Nós podemos até tentar resgatar o parágrafo que está
567 faltando, mas eu vou fazer a leitura, e nós entramos em processo de votação.
568 A secretaria executiva foi bem proativa e já até atualizou com os dados da
569 URC. Então eu vou ler como ficaria a moção: ‘Moção de apoio ao movimento
570 dos Servidores ‘Moção de 31 de maio de 2016 – 96ª reunião, ordinária, da
571 Unidade Regional Colegiada Rio Paraopeba, do Conselho Estadual de
572 Política Ambiental (COPAM), criada de acordo com o Decreto Estadual
573 44.667/2007. A Unidade Regional Colegiada, sob orientação do Plenário do
574 COPAM, considerando as constatações da força-tarefa criada por meio do
575 Decreto Estadual nº 46.733, de 30 de março de 2015, acerca da necessidade
576 de reestruturar o Sisema; considerando a necessidade de fornecer
577 instrumentos adequados à estrutura física e de pessoal do Sisema;
578 considerando a necessidade de valorizar os servidores do Meio Ambiente,
579 que exercem carreira típica de Estado, com forte impacto para o
580 desenvolvimento econômico e sustentável de Minas Gerais; considerando a
581 necessidade de aumentar os investimentos e a destinação orçamentária geral
582 do Estado de Minas Gerais ao Sisema, para o qual é destinado atualmente
583 menos de 0,5% do orçamento; considerando que os servidores de Meio
584 Ambiente exercem função de Estado; considerando que os servidores da
585 carreira de Meio Ambiente se encontram em greve desde 20 de maio de 2016,
586 resolve: Artigo 1º Aprovar a moção dirigida: I ao governador do Estado de
587 Minas Gerais, para que encaminhe, em regime de urgência, Projeto de Lei
588 versando sobre o Plano de Carreira dos Servidores do Meio Ambiente, já
589 encaminhado à Seplag, para aprovação junto à Assembleia Legislativa de
590 Minas Gerais. Artigo 2º Solicitar ao governador do Estado de Minas Gerais
591 que agilize o reconhecimento e a valorização dos servidores estaduais de
592 Meio Ambiente, atendendo, inicialmente, as propostas e reivindicações dos
593 servidores estaduais de Meio Ambiente, destacadamente: a) redução de 8
594 (oito) para 5 (cinco) anos no tempo da primeira promoção da carreira dos
595 servidores do Sisema; b) reconhecimento da titularidade adicional quando do
596 ingresso na carreira; c) correção da fórmula de cálculo da Gedama

597 (Gratificação de Escolaridade, Desempenho e Produtividade Individual e
598 Institucional), conforme reivindicação dos servidores; d) compatibilização do
599 Plano de Carreira e Vencimentos com a relevância estratégica do Sisema
600 para o desenvolvimento sustentável de Minas Gerais; e) qualificação e
601 modernização da infraestrutura do Sisema para reduzir a burocracia, agilizar e
602 aprimorar os objetivos de proteger e promover o meio ambiente e os recursos
603 hídricos de Minas Gerais. Artigo 3º A moção será dirigida em cópia aos
604 secretários de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de
605 Planejamento e Gestão e da Fazenda. Assinado: André Luis Ruas,
606 superintendente de Regularização Ambiental e presidente suplente da URC
607 Rio Paraopeba'. Senhores, algum conselheiro tem algum destaque antes de
608 entrarmos em votação? Então eu vou colocar em votação. Aqueles
609 conselheiros que forem favoráveis à aprovação da moção, conforme lido por
610 mim, por favor, permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade.” **4)**
611 **EXAME DA ATA DA 95ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 95ª
612 reunião da URC Rio Paraopeba, realizada em 19 de abril de 2016. **5)**
613 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA**
614 **CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 5.1) MIB - Mineração**
615 **Ibirité Ltda. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido. Minério de ferro.**
616 **Pilhas de rejeito / estéril. Brumadinho/MG. PA 00437/2007/013/2014,**
617 **DNPM 830.476/1986. Classe 5. Apresentação: Supram Central**
618 **Metropolitana. Retorno de vista: conselheiros Eduardo Antônio Arantes**
619 **do Nascimento, Francisco de Assis Lafetá Couto, Sônia Maria Costa**
620 **Greco e Antônio Sérgio dos Santos Vieira.** Licença deferida por maioria nos
621 termos do Parecer Único, com voto contrário do conselheiro Eduardo Antônio
622 Arantes do Nascimento e abstenções dos conselheiros Mauro da Fonseca
623 Ellovitch, Licínio Eustáquio Mol Xavier, Geraldo Antunes da Conceição e
624 Marco Antônio da Silva. Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: “Eu quero
625 registrar a minha abstenção tanto por possível atuação em inquérito civil que
626 ainda está em trâmite em relação a isso, que ainda há dúvidas, quanto por
627 considerar que as condicionantes que eu vou propor depois são prejudiciais à
628 questão de mérito.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: “Abstenção da
629 AMM.” Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “Contra.”
630 Conselheiro Marco Antônio da Silva: “Abstenção.” Conselheiro Geraldo
631 Antunes da Conceição: “O Instituto Ekos se manifesta pela abstenção em
632 função desse último ato (dúvida em relação ao número do FOB), que
633 simplesmente pode tornar nulo todo o nosso procedimento hoje, na questão
634 de essa dúvida pairar. Eu acho que deveria ter uma atenção melhor para
635 discutir essa situação. Não entendo que esteja superado, mas o Instituto Ekos
636 se manifesta pela abstenção, em função desse último ato.” Conselheiro Mauro
637 da Fonseca Ellovitch: “Presidente, é simples, só conferir o número do FOB no
638 documento, para evitar qualquer nulidade, para não ter dúvida.” **Inclusão de**
639 **condicionantes.** A URC Rio Paraopeba aprovou por unanimidade a inclusão

640 das seguintes condicionantes propostas pela Supram: “Apresentar proposta
641 de adensamento da rede de monitoramento de recursos hídricos superficiais e
642 subterrâneos levando-se em consideração a área pretendida para as novas
643 intervenções. Prazo: 30 (trinta) dias”; “A intervenção proposta para as cavas
644 (aprofundamento) só poderá ocorrer em níveis superiores ao aquífero
645 subterrâneo. Caso seja detectada a necessidade de intervenção em níveis
646 mais profundos, deverá ser formalizado processo de outorga, antes de
647 executar qualquer intervenção em recursos hídricos, bem como contemplar os
648 estudos de impactos e mitigação da intervenção. Prazo: durante a vigência da
649 licença.”; “Construir leira, com altura aproximada de 1,30 metro de altura, na
650 área de ampliação da cava, sendo a mesma recoberta com a serrapilheira.
651 Apresentar relatório fotográfico após construção. Prazo: durante a vigência da
652 licença ambiental.” Proposta de condicionante rejeitada pela URC. Foi
653 submetida à apreciação da URC proposta de condicionante apresentada pelo
654 conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch, nos seguintes termos: “Não realizar
655 intervenção em Área de Preservação Permanente. Prazo: durante a vigência
656 da licença”. Essa proposta de condicionante foi colocada em votação pela
657 Presidência e rejeitada por maioria, tendo sido registrados oito votos
658 contrários, seis votos favoráveis, e abstenções dos conselheiros Jane
659 Terezinha da Costa Pereira Leal e Marco Aurélio Moreira. **Dúvida em relação**
660 **ao número do FOB.** Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, conselheira da
661 Câmara Normativa e Recursal (CNR) do COPAM: “Não foi possível checar,
662 mas eu olhei o documento, que é uma autorização do Parque Estadual da
663 Serra do Rola Moça, se refere a um empreendimento da MIB, mas não tem o
664 número completo do processo. Então não estipula se é o 013, se é o 016 ou o
665 010. E diz que é um empreendimento classe 6. E a pauta hoje é de um
666 empreendimento classe 5. Para tirar essa dúvida, teríamos que ver o número
667 do FOB. Eu não tive acesso à Pasta 1, então eu quero que fique constando
668 em ata que existe uma colocação sobre a anuência do Parque Estadual que
669 deveria estar, e que não se pôde confirmar se essa não se trata de uma
670 autorização de uma outra dessas etapas de licenciamento.” Presidente André
671 Luis Ruas: “Fica então registrada em ata a observação da Maria Teresa, para
672 verificação posterior da Supram”. **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**
673 **EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA. 6.1) Distrito**
674 **Industrial PIB Betim. Distrito industrial e zona estritamente industrial;**
675 **interceptores, emissários, elevatórias e reversão de esgoto; contorno**
676 **rodoviário de cidades com população superior a 100.000 habitantes ou**
677 **sistemas viários de regiões metropolitanas ou áreas conturbadas.**
678 **Betim/MG. PA 17566/2010/001/2014. Classe 5. Apresentação: Supram**
679 **Central Metropolitana. Retorno de vista: conselheiros Mauro da Fonseca**
680 **Ellovitch, Geraldo Antunes da Conceição e Carlos Alberto Santos**
681 **Oliveira.** Item remetido à pauta da próxima reunião. **7) PROCESSO**
682 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE**

683 **VALIDADE DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE**
684 **INSTALAÇÃO. 7.1) Frigobet - Frigorífico Industrial de Betim Ltda. Abate**
685 **de animais de médio e grande portes (suínos, ovinos, caprinos, bovinos,**
686 **equinos, bubalinos, muares etc.). Betim/MG. PA 00042/1984/013/2011.**
687 **Classe 5. Apresentação: Supram Central Metropolitana. Retorno de**
688 **vista: conselheiro Geraldo Antunes da Conceição. Prorrogação de prazo**
689 **indeferida por unanimidade, nos termos do Parecer Único, com abstenção do**
690 **conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch. 8) PROCESSO ADMINISTRATIVO**
691 **PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 8.1) Posto Vila**
692 **Florida Ltda. Comércio varejista de combustíveis e lubrificantes,**
693 **exclusive gás liquefeito de petróleo. Esmeraldas/MG. PA**
694 **02656/2002/001/2002. Classe 5. Apresentação: Supram Central**
695 **Metropolitana. Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer**
696 **Único. 9) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**
697 **REQUERIMENTO PARA INTERVENÇÕES AMBIENTAIS EM BIOMA MATA**
698 **ATLÂNTICA, EM ESTÁGIO DE REGENERAÇÃO MÉDIO OU AVANÇADO,**
699 **NÃO VINCULADOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL. 9.1) Alessandra**
700 **de Moura Ambrósio. Recanto da Serra 2ª Secção (Condomínio Jardins),**
701 **Lote 29, Quadra C. Infraestrutura. Brumadinho/MG. PA 09010001859/14.**
702 **Área de RL: 0,0000 ha. APP: 0,0000 ha. Área Requerida: 0,0228 ha. Área**
703 **Passível de Aprovação: 0,0228 há. Fitofisionomia: Floresta Estacional**
704 **Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração: médio.**
705 **NRRA Belo Horizonte. Requerimento de intervenções ambientais deferido**
706 **por unanimidade nos termos do Parecer Único. 9.2) Ana Paula Ricardina**
707 **Marra de Oliveira. Recanto da Serra 2ª Secção, Lote 28, Quadra C-**
708 **Infraestrutura. Brumadinho/MG. PA 09010001860/14. Área de RL: 0,0000**
709 **ha. APP: 0,0000 ha. Área Requerida: 0,0232 ha. Área Passível de**
710 **Aprovação: 0,0232 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual**
711 **Montana Secundária. Estágio de Regeneração: médio. NRRA Belo**
712 **Horizonte. Requerimento de intervenções ambientais deferido por**
713 **unanimidade nos termos do Parecer Único. 10) ENCERRAMENTO. Não**
714 **havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente André Luis Ruas**
715 **declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.**

APROVAÇÃO DA ATA

Presidente André Luis Ruas